

O tomo dez da Revista é publicado exactamente 10 anos após o lançamento da segunda série da Lusitania Sacra. Os objectivos iniciais mantêm-se, nomeadamente contribuir para o estudo da História Religiosa de Portugal. No entanto, a historiografia do religioso constitui hoje uma realidade vasta e plural, cultivada nas mais diversas instituições de ensino e investigação. E, se o contexto cultural presente poderá evidenciar maior abertura relativamente ao estudo da dimensão religiosa da realidade social, persiste o desafio do seu estudo sério e rigoroso, em ordem ao aprofundamento e à renovação da compreensão histórica da realidade portuguesa.

Não se trata de registar a existência da «religião» ou a pluralidade das «religiões», nem de evitar o reconhecimento de que, em qualquer visão da história, há sempre pontos de vista, lugares de observação e compreensão da realidade, nomeadamente «o religioso» - o que também não significa afirmar uma confessionalidade, nem comprometer a objectividade necessária a qualquer forma de conhecimento rigoroso. A validade da História Religiosa, assim como a de qualquer outro campo de estudo e especialização no domínio da História ou de qualquer outra das Ciências Humanas, pressupõe a aceitação de que o «religioso», tal como o «político», o «económico», o «cultural» ou o «mental», constitui um campo específico de análise que pode contribuir para a compreensão da realidade social na sua globalidade.

Em que medida a existência da Revista tem contribuído para consolidar esta área de trabalho, propiciando e dando visibilidade a novas e plurais abordagens no estudo da História de Portugal, é um balanço que aqui não pode ser feito e, muito menos, tentado. No entanto, alguns dados podem ser referidos relativamente à 2ª Série: dez números publicados em nove volumes, ultrapassando as quatro mil páginas de texto impresso; manutenção da regularidade anual da Revista, com a saída de números monográficos ou com certa unidade de conteúdo, conforme o projecto inicial (a Lusitania Sacra terá sido em Portugal das primeiras revistas de História a enveredar por este caminho); abordagem diversificada de temas relativos às várias épocas históricas; participação de alguns dos mais reputados especialistas seniores, a par da colaboração de historiadores de mais jovens gerações; esporádico acolhimento de trabalhos de outras áreas, numa perspectiva de interdisciplinariedade; abertura à participa-

ção de especialistas ligados a diversas instituições universitárias e de investigação: e, não menos importante para qualquer Revista, a regularidade das secções de crónica e de recensão para as quais, como se sabe, nem sempre se conseguem fáceis colaborações.

O trabalho realizado corresponde a um ciclo na vida da Revista. Ciclo iniciado há dez anos com a responsabilidade confiada ao então novo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), no sentido de levar por diante um projecto que remontava a 1956 e fora interrompido em 1978, com a publicação até então de dez outros números da Revista. O total dos vinte tomos publicados talvez justifique proximamente a saída de um índice geral da Lusitania Sacra.

Mas, qualquer projecto cultural vale, antes de mais, pelo seu enraizamento na realidade concreta que pretende servir, no caso a cultura e a sociedade portuguesas, e pelas condições institucionais criadas para o seu desenvolvimento. Neste contexto, cumpre sublinhar que este projecto só tem sido possível graças à convergência de vários factores: o apoio financeiro directo e as condições de trabalho proporcionadas pela Universidade Católica Portuguesa; a disponibilidade e interesse de todos os que têm colaborado com a Revista numa rede de trabalho aberta e diversificada; o empenhamento dos membros do CEHR que têm feito da Revista um instrumento de ligação e comunicação científica, disponibilizando-se para contactar colegas e alunos, de modo a que a colaboração seja o mais alargada e viva possível; e, por último, a existência de projectos de trabalho e investigação no âmbito do Centro, facto que tem permitido dinamizar iniciativas e suscitar novas linhas de reflexão historiográfica.

No presente como no futuro, o projecto da Revista Lusitania Sacra será tanto mais fecundo quanto conseguir ser expressão dessa renovação historiográfica e fórum alargado de encontro e debate entre os que se ocupam da História Religiosa.

Este tomo acolhe um conjunto diversificado de artigos reunidos sob o tema «Cristianização na época medieval», abarcando o período que vai

da Alta Idade Média até ao final do século XV. Abre com um estudo sobre Paulo Orósio e o património mitológico da Antiguidade Clássica, da autoria de Nuno Simões Rodrigues, no qual se analisa o modo como um dos mais importantes autores do proto-cristianismo utilizou elementos da cultura clássica, fazendo deles uma espécie de interpretatio christiana do pensamento religioso e do sistema cultural do Império, no seio do qual nasceu e se instituiu o Cristianismo.

A utilização da mitologia clássica por Paulo Orósio é assim analisada no quadro de uma obra apologética que pretende apresentar «o Cristianismo como a verdadeira religião», ilibando-a de responsabilidades pelos males vividos, procurando «demonstrar que os tempos de desgraça e cataclismos naturais não eram uma exclusividade do seu tempo». A obra do bracarense, que tinha por objectivo introduzir a Cidade de Deus de Santo Agostinho aos não-cristãos, ganha assim em compreensibilidade nomeadamente acerca das razões e modalidades de recurso ao património mitológico da Antiguidade clássica, em função do pensamento helenizado dos seus destinatários. Por outro lado, conclui o autor: «se a Idade Média leu Orósio assiduamente, a ponto de o tornar num manual de estudo, então isso prova também, que este era também, um património que os homens coevos não podiam, necessariamente, ter ignorado».

Os trabalhos seguintes referem-se já à História de Portugal, propriamente dita. Em Reis, Bispos e Cabidos: A diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração, Maria João Branco estuda o primeiro século da restauração da diocese de Lisboa em 1147, sob a perspectiva das relações entre a realeza e a Igreja. Acompanha as várias fases dessa relação, estabelecendo uma periodização em função da maior ou menor conflituosidade existente entre as duas entidades e da própria evolução política da cidade e do reino. No final desse processo analítico, a autora conclui: «As relações entre os bispos de Lisboa e os reis neste primeiro século de existência, procuram, pois, seguir as tendências estabelecidas pelo decurso lógico dos desenvolvimentos da teoria política e do confronto entre o poder temporal e o espiritual»; em geral «o que nos é dado observar é, antes de mais, a hábil condução dos conflitos por parte dos monarcas [...], que utilizaram as discussões capitulares e as facções

concelhias para gerir os mandos da relação mais sensível entre a Coroa e o Papado».

O artigo seguinte inscreve-se no mesmo período cronológico, mais concretamente na crise da primeira metade do século XIII, que culmina no reinado de Sancho II e na guerra civil que lhe sucedeu. A partir do registo encontrado num Obituário na Sé de Lamego, Armando Sousa Pereira acompanha a vida do infante D. Fernando, filho do rei Afonso II, e, depois, senhor de Serpa, após o avanço da Reconquista por terras do Baixo Guadiana, em que o infante também participa. O autor analisa o percurso pessoal e político de um filho segundo, cavaleiro andante num reino em formação, dividido por lutas intestinas, em que a relação com a Igreja, tanto a nível local, quanto a nível do Papado, constitui elemento decisivo no quadro da Cristandade medieval. Neste percurso o autor interroga-se nomeadamente sobre o sentido da fé, o valor da penitência e o imaginário cruzadístico.

O Sonho de Jacob: Sacralidade e legitimação política nos Livros de Linhagens é o tema do artigo de Pedro Picoito, que retoma parte de uma dissertação de mestrado. Nele reflecte sobre o modo como os livros de linhagem constituem «instrumentos cristalizadores e veiculantes da consciência histórica de um grupo», no caso, a nobreza medieval portuguesa; e simultaneamente, ao veicularem determinada visão do passado, servem a «construção de um presente que procura na tradição a sua legitimidade». Neste processo de definição de identidades, hierarquias e privilégios, a relação com o sagrado surge como central. A alusão bíblica ao sonho de Jacob, a partir da poesia de Ruy Belo que serve de epígrafe ao texto, sugere a ancestralidade dessa relação entre sacralidade e legitimação política.

Partindo da ideia de que a memória colectiva tem uma influência primordial na identidade e estruturação de qualquer grupo, e considerando a centralidade do sagrado na mundivivência da sociedade medieval, o autor identifica duas formas segundo as quais essa relação com o sagrado se verificou. Por um lado, refere o modo como «a legitimidade histórica dos direitos sobre a terra (e, portanto, sobre o poder) se justifica pe-

la sacralização adquirida na sua conquista aos infiéis, no seu povoamento cristão e, sobretudo, na fundação e patrocínio de mosteiros e comunidades monásticas», a que se associa, no quadro da chamada Reconquista cristã. Por outro lado, tipifica outra forma de relação na invocação e exibição de uma especial intimidade com anjos e santos (por exemplo, Santiago e São Pedro) a partir dos relatos de aparições e correspondente solicitude divina.

A presença das ordens religiosas no país é abordada nos dois trabalhos seguintes, ainda que relativos a períodos diferentes. O primeiro, da autoria de Saúl António Gomes, refere-se à implantação das novas Ordens mendicantes no país, em particular em Coimbra. As Ordens Mendicantes na Coimbra medieval: Notas e documentos abarca o período que vai da primeira metade do século XIII ao final do século XV. Sobre o percurso das novas Ordens na Coimbra medieval, afirma o autor: «o dinamismo e mesmo a precocidade revelada pela instalação de Dominicanos e de Franciscanos na Coimbra de inícios de Duzentos, contrasta com a estrutura estacionária da sua vida eclesial monástica nos séculos XIV e XV [...] Só no século XVI é que Coimbra conheceria uma nova fase de expansão da sua rede monástica eclesial, particularmente por acção dos colégios para-universitários e da renovada vocação estudantil da cidade». No entanto, no século XV as Ordens Mendicantes mantiveram «a sua envolvimento no esforço proselitista religioso em terras 'de infiéis', contribuindo, sobretudo no contexto hispânico da Reconquista, para a generalização das indulgências». Por outro lado, Franciscanos e Dominicanos contribuíram para popularizar junto dos fiéis «a crença no Purgatório, esse lugar intermédio de onde as almas se libertavam mediante o empenho dos vivos na celebração de elevadas quantidades de missas», do mesmo modo que foram «responsáveis pela generalização de outras sensibilidades espirituais na Coimbra medieval».

No entanto, «a renovação do corpo monástico português tardo-medieval parece, efectivamente, localizar-se sobretudo no Sul (Jerónimos, Eremitas da Serra de Ossa, reformas observantes dominicana e franciscana), à excepção dos Cónegos Lóios que se instalam em Vilar de Frades (Barcelos) debaixo do patrocínio da Casa de Bragança» - regista o autor, para

concluir: «Por seu turno, Franciscanos e Dominicanos vêem-se solicitados para a organização dos campos missionários ultramarinos».

Por outro lado, embora comungando de situações e vivências citadinas, aquelas Ordens veicularam práticas e iniciativas apostólicas que lhe são contraditórias, sendo o sentido pressentido dessa evolução como «essencialmente estacionário e vocacionado para a aristocratização», considerando o «fenómeno devocional religioso de maior impacto em toda a história do campo devocional português tardo-medieval, o culto da Rainha Santa Isabel», que tanta adesão popular suscitou, no quadro já da devotio moderna.

Com o artigo de João Luís Inglês Fontes, Frei João Álvares e a tentativa de reforma do mosteiro de S. Salvador do Paço de Sousa no século XV, abandona-se definitivamente o período da Reconquista. O objetivo do estudo conduziu o autor a analisar a realidade da vida monástica naquele convento beneditino e as resistências verificadas à reforma tentada pelo visitador, e depois abade, Frei João Álvares. A sua acção procurou o enquadramento institucional e disciplinar do mosteiro, em conformidade com a determinação da Regra de S. Bento e do Direito Canónico, e a consolidação e defesa dos seus direitos, bens e privilégios. A renovação por ele preconizada incidia nos domínios económico, jurídico, disciplinar e moral.

A estratégia de reforma económica revestiu-se «de grande vigor e firmeza, procurando rentabilizar e defender as propriedades e direitos do mosteiro, bem como preservar os monges da posse de bens próprios e de uma excessiva e irregular ingerência na administração dos bens do cenóbio». Essa reforma foi acompanhada pela acção reguladora do Abade em relação à organização do culto litúrgico, nomeadamente «quanto às missas e aniversários a assegurar pelos monges, uma prática que era causa permanente de abusos e que chegava a suscitar saídas indevidas do cenóbio, bem como a apropriação das rendas sem o devido e atempado cumprimento das obrigações a que se destinavam».

A reforma disciplinar e moral, que visava genericamente «combater os desvios feitos pelos monges à Regra e ao estipulado pelo Direito Canónico, centrando-se, sobretudo, nas questões ligadas ao incumprimento da

pobreza, da castidade e da guarda da claustra», revela - como o negativo de uma fotografia - parte da vivência monástica de então. A reforma visou regular o ritmo da vida interna da comunidade, assim como incentivar uma renovação das práticas religiosas e espirituais, em consonância com a devotio moderna. Esta orientação é visível nas suas cartas, «profundamente imbuídas desta nova espiritualidade que alastrava por todo o Norte da Europa na segunda metade do século XV tanto entre clérigos como leigos, que colocava uma tônica especial na austeridade, na relação pessoal e interior com Cristo e numa visão muito humana do Salvador».

Com resistências várias, novas constituições foram aprovadas pelos monges em 1477. No entanto, os aspectos nelas consignados nunca foram completamente respeitados pela comunidade de Paço de Sousa e a «derroca da reforma desenvolvida por Frei João Álvares revelou-se como definitiva após a cessação do seu governo à frente do mosteiro», devido às resistências provocadas pelos interesses e forças políticas em jogo. No âmbito das reformas religiosas intentadas ao longo do século XV no território português, o autor termina sublinhando a exemplaridade do empreendimento de Frei João Álvares no quadro sociopolítico e religioso de então.

O último artigo, Heresias e dissidências: Regalismo e anti-regalismo no século XV, da autoria de Margarida Garcês Ventura, refere exactamente o jogo das forças sociais e políticas no século XV, a partir da questão do regalismo: «a intervenção do rei e dos seus oficiais em assuntos que o direito canónico considerava de jurisdição eclesiástica e, por isso mesmo, será objecto da oposição clerical, mais ou menos veemente de acordo com as circunstâncias». O estudo da intervenção régia em matéria eclesiástica e em assuntos espirituais ganha particular acuidade no caso da heresia religiosa, pois a heresia é equiparada a crime de lesa majestade. Neste sentido, o artigo apresenta «uma tentativa de inventariação das heresias e dissidências no Portugal quatrocentista», a partir dos textos legais, e evidencia o contacto com crenças lulianas, joaquimitas e propostas teológicas de Wycliff e Huss.

Percorrendo a política da realeza desde o início da dinastia de Aviz, a análise culmina com a política intervencionista de Afonso V em matérias

relacionadas com a fé, para concluir acerca da dupla orientação da política régia nas suas relações com a Igreja: «Assim, internamente, o rei assumia-se como responsável (logo, como vigilante) pela própria Igreja e como responsável pelo seu povo, quer no plano material, quer no plano espiritual; o castigo da heresia é uma das muitas concretizações dessa responsabilidade [...]. No plano da política externa, o rei aderiria ao princípio do senhorio do papa sobre todo o universo, única via para assegurar a Portugal a legitimação da grande aventura, apenas começada, de descoberta, de conquista, de povoamento e de cristianização».

A par dos artigos, a Revista publica ainda na sua secção Notas de Investigação, outras colaborações: Ana Maria Rodrigues apresenta um projecto de investigação sobre o Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média; Catarina Valença Gonçalves faz uma primeira abordagem da pintura mural da Capela do Espírito Santo de Maçainhas de Belmonte; João Carlos Urbano Pires analisa a exposição do Tesouro da Sé Metropolitana e Patriarcal de Lisboa, enquadrando-a numa perspectiva teológica, cultural e museológica; por último, Jacinto Salvador Guerreiro informa acerca de um projecto de investigação sobre a imprensa católica no século XX em Portugal, em curso no âmbito do Centro de Estudos de História Religiosa.

As diversificadas colaborações nas habituais secções Crónica e Recensão enriquecem a Revista, contribuindo para balizar e aprofundar a reflexão acerca do campo disciplinar que é a História Religiosa.

Por último, registem-se duas novidades. A Revista passa a incluir uma lista dos livros recebidos na redacção da Revista, e em particular daqueles que (ainda) não foram objecto de recensão. Outra novidade, que esperamos continuar em próximos números, é a inclusão de um resumo dos artigos, por agora apenas em português.

P. F.